



Artur Condé

Página do Colégio da Especialidade de ORL da Ordem dos Médicos

Colégio da especialidade e seu papel na dinamização do internato

AS CARÊNCIAS E OS INCENTIVOS

Volto ao tema do problema assistencial da Otorrinolaringologia no nosso País.

Sabemos das carências que a nossa especialidade tem em várias regiões do País, principalmente nas zonas interiores mais afastadas dos grandes centros.

Há cerca de um ano, num artigo publicado nesta revista, levantei este tema a propósito do concurso de colocação dos médicos recém-especialistas, onde a maioria das vagas postas a concurso na nossa especialidade, continuaram sem candidatos, e portanto nesses Hospitais, os Serviços continuaram sem médicos capazes de assegurar a assistência otorrinolaringológica devida aos seus doentes.

Nesse artigo, referi não só o esforço individual dos médicos internos necessário à conclusão do seu internato médico, mas também, o investimento do estado na formação de novos médicos especialistas, sublinhando que perante a realidade que recorrentemente se tem verificado, todo esse investimento é frequentemente desaproveitado com prejuízo evidente para o SNS.

As assimetrias assistenciais neste País, onde constitucionalmente todos os seus habitantes devem ter os mesmos direitos e a mesma capacidade de acesso aos serviços de saúde, são por demais evidentes, não se descortinando nas políticas públicas, medidas consistentes e eficazes nos seus objectivos para contrariar um dos mais elementares princípios democráticos que é o do acesso universal aos cuidados de saúde.

Nesse artigo, também apontei como solução para este problema que se arrasta há muitos anos, a implementação de uma política de incentivos à deslocação dos novos médicos especialistas para as regiões mais carenciadas.

Esta política já existe e está regulamentada pelo decreto-lei 101/2015, alterado pelo decreto-lei 15/2017, onde se

determina por exemplo, uma majoração do vencimento em “40 % da remuneração base correspondente à primeira posição remuneratória da categoria de assistente da carreira especial médica ou da carreira medica”, para os médicos que optem trabalhar em hospitais de regiões carenciadas.

Há dias, foi publicado o Despacho 7645-D de 2020 no Diário da República n.º 150/2020, 1º Suplemento Série II, onde se identifica a lista de Hospitais carenciados nas diversas especialidades tendo em Otorrinolaringologia sido identificados os seguintes:

Centro Hospitalar de Leiria, E. P. E.
 Centro Hospitalar do Oeste, E. P. E.
 Centro Hospitalar Médio Tejo, E. P. E.
 Centro Hospitalar Tondela-Viseu, E. P. E.
 Centro Hospitalar Universitário Cova da Beira, E. P. E.
 Hospital do Espírito Santo de Évora, E. P. E.
 Unidade Local de Saúde Baixo Alentejo, E. P. E.
 Unidade Local de Saúde Guarda, E. P. E.
 Unidade Local de Saúde Litoral Alentejano, E. P. E.
 Unidade Local de Saúde Nordeste, E. P. E.
 Unidade Local de Saúde Norte Alentejano, E. P. E.

Esperemos que com esta política de incentivos, possamos ver estes onze hospitais, dotados de serviços de Otorrinolaringologia capazes de promover a assistência que as suas populações necessitam.

Mesmo assim com os incentivos legalmente definidos, não tenho a certeza, de que as vagas que aí serão abertas, possam ser ocupadas. Então porquê?

Como também já escrevi neste espaço, penso que todo este processo de acesso à especialidade deveria ser revisto, pois entendo que se um médico interno ao escolher a sua área de formação pós graduada, já tivesse nessa altura determinado o hospital onde iria exercer a sua actividade, tornaria muito mais

fácil a sua mobilidade futura para esse hospital. Dessa forma, também se ultrapassaria a habitual tentação dos hospitais formadores integrarem os seus médicos internos, por via de contratos individuais à margem do concurso público de acesso.

A incerteza que hoje todos os recém-especialistas têm quando terminam a sua formação específica, seria também ultrapassada, o que permitiria que esses médicos durante o seu internato, pudessem organizar tranquilamente a sua vida futura, e sem surpresas no final, já soubessem onde iriam exercer a sua profissão.

O que acontece hoje, é uma violência para a vida pessoal de cada novo médico especialista. Ao fim de 5 ou 6 anos de formação, e com cerca de 35 anos de idade, acontece o que todos temem. A deslocação para um qualquer hospital, que obriga muitas vezes a uma deslocação nem sempre possível da sua família. A consequência natural deste processo, é a rejeição dessas vagas, e a opção por uma carreira fora do SNS que o formou, e que de repente se vê sem mais um elemento, que lhe poderia ser muito útil na construção da sua política pública de saúde.

Esta penso ser a razão pela qual as vagas desses hospitais mais carenciados, continuarão a existir, apesar dos incentivos legalmente consignados para os médicos que as queiram preencher.

A solução para este problema, para além desses incentivos que me parecem indispensáveis, passa por uma reestruturação mais profunda, que deveria ser estudada pela tutela em conjunto com as organizações representativas da classe médica, para que finalmente esta assimetria assistencial que hoje caracteriza o nosso País possa ser ultrapassada.

Artur Condé